

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Designação Social: Município de Vila de Rei

2. CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Os preços apresentados em seguida foram obtidos com base na informação dos consumos de energia e potência disponibilizada pelo Cliente, conforme consta do anexo a esta proposta.

2.1 - Baixa Tensão Especial

PREÇOS DE ENERGIA (€/kWh)				
Nível Tensão	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio
BTE – Ciclo Diário	0,06820	0,06240	0,05710	0,04820
BTE – Ciclo Semanal Sem Feriados	0,06820	0,06240	0,05710	0,04820

- a) Os preços de energia apresentados são válidos para um contrato de **12 meses**, de acordo com o estipulado no Artigo 3.º do Caderno de Encargos.
- b) Aos preços de energia apresentados serão acrescidas as Tarifas de Acesso às Redes que se encontram atualmente em vigor, qualquer alteração nas referidas tarifas será repercutida de forma direta na faturação.
- c) Para as instalações em BTE os preços são aplicados segundo o ciclo em que a instalação se encontra no início do contrato, quando resultado de uma mudança de comercializador.
- d) Os preços acima apresentados não incluem o valor do IVA, que acresce à taxa legal em vigor, bem como qualquer outra taxa, encargo ou imposto que incida sobre o fornecimento elétrico.
- e) Os preços apresentados não incluem o custo com o consumo/fornecimento de energia reativa. Nos meses em que existir lugar ao pagamento de energia reativa, este custo será suportado pelo Cliente diretamente na fatura.

3. TERMOS DE PAGAMENTO

O pagamento das faturas a emitir pela Galp Power, S.A, será efetuado pelo Cliente por **Transferência Bancária no prazo definido no Caderno de Encargos** a contar da data de receção da fatura.

4. ENTRADA EM VIGOR DO CONTRATO

Após aceitação por parte do Cliente e confirmação da mesma pela Galp Power, será emitido um contrato de fornecimento de energia elétrica que apenas entra em vigor a partir do 1º dia de abastecimento efetivo. Eventuais penalizações por rescisão antecipada de contratos em mercado livre não são da responsabilidade da Galp Power.

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

DATA DA PROPOSTA - 19 de julho de 2017



A informação necessária para formalização do contrato é a seguinte:

- **Designação Social, NIF, Representantes legais, Morada Sede, Contatos**
- **Código do Ponto de Entrega (CPE)**

5. VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta é válida de acordo com o definido no Convite. Terminado este prazo a Galp Power reserva-se o direito de alterar as condições apresentadas.

Paulo Fernandes

Lisboa, 19 de julho de 2017

6. ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Na sequência da nossa aceitação quanto às condições comerciais propostas pela Galp Power, S.A., vimos por este meio autorizar que se dê início ao processo de mudança de comercializador para a(s) instalação/instalações com o(s) CPE objeto(s) da presente proposta.

(Assinatura do Cliente)

ANEXO – TARIFAS DE ACESSO EM VIGOR

TARIFAS DE ACESSO ÀS REDES, PUBLICADAS PELA ERSE, EM VIGOR DURANTE 2017										
Nível Tensão	Potência Contratada (€/kW.dia) / (€/kW.mês)	Potência Média em Ponta (€/kW.dia) / (€/kW.mês)	Energia Reativa (€/ kVARh) ***				Energia Ativa (€/ kWh)			
			Fornecida = Indutiva (Consumida Fora Vazio)			Recebida = Capacitiva (Fornecida Vazio)	Ponta	Cheias	Vazio Normal	Super Vazio
			Escalão 1	Escalão 2	Escalão 3					
MAT*	0,0265 (dia) 0,806 (mês)	0,0526 (dia) 1,601 (mês)	0,0088	0,0267	0,0801	0,0200	0,0283	0,0245	0,0171	0,0170
							0,0283	0,0245	0,0171	0,0170
AT*	0,0227 (dia) 0,691 (mês)	0,1408 (dia) 4,283 (mês)	0,0088	0,0267	0,0801	0,0200	0,0329	0,0285	0,0188	0,0183
							0,0327	0,0285	0,0188	0,0185
MT*	0,0397 (dia) 1,209 (mês)	0,2641 (dia) 8,033 (mês)	0,0096	0,0290	0,0870	0,0218	0,0463	0,0401	0,0221	0,0212
							0,0460	0,0398	0,0220	0,0214
BTE**	0,0432 (dia) 1,313 (mês)	0,6113 (dia) 18,593 (mês)	0,0114	0,0346	0,1038	0,0264	0,0685	0,0592	0,0307	0,0282

* - Faturado de acordo com o ciclo semanal; os valores da energia ativa são valores para os períodos I e IV, II e III

** - Faturado de acordo com o ciclo de leitura da instalação; os valores da energia ativa são iguais para todo o ano

*** - A Energia Reativa Fornecida e Recebida pelo Operador da Rede Distribuição correspondem à Energia Reativa Consumida Fora Vazio e a Energia Reativa Fornecida em Vazio pelo Cliente, respetivamente.

A ERSE aprovou as seguintes regras de faturação de energia reativa:

Despachos n.º 7253/2010 e n.º 12605/2010, publicados no Diário da República, 2ª série, de 26 de Abril e de 4 de Agosto, respetivamente.

Em 1 de Janeiro de 2011 entrou em vigor o escalão 3 passando a coexistir com o escalão 2.

Em 1 de Janeiro de 2012 entrou em vigor o escalão 1.

Os fatores multiplicativos (K) a aplicar ao preço de referência de energia reativa anualmente publicado pela ERSE, por escalão de faturação de energia reativa indutiva são:

Escalão 1 – $0,4 > \text{tg}\varphi \geq 0,3$ – $K = 0,33$;

Escalão 2 – $0,5 > \text{tg}\varphi \geq 0,4$ – $K = 1,00$;

Escalão 3 – $\text{tg}\varphi \geq 0,5$ – $K = 3,00$;

OUTRAS TAXAS E IMPOSTOS APLICADOS AO SETOR ELÉTRICO 2017

Taxa DGEG (aplicada a cada instalação em Baixa Tensão): 0,35 €/mês

Contribuição Audio Visual (por instalação): 2,85 €/mês

Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP): 0,001€/kWh

Rotulagem de Energia Elétrica

Fontes de Energia

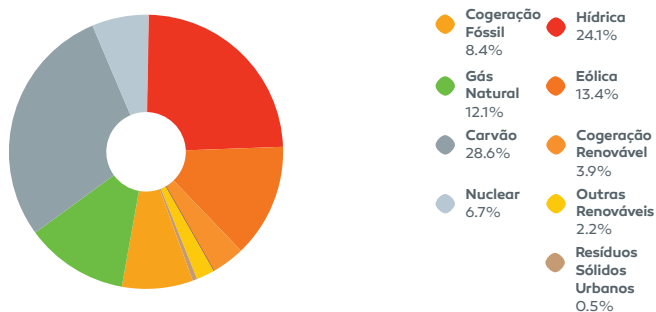
Em 2016 registou-se uma evolução muito favorável na estrutura de fontes de energia primária utilizadas na produção de eletricidade da Galp, do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade:

- O peso total das fontes renováveis refletiu um aumento pronunciado (de 32% no mix de 2015 para 44% no mix de 2016);
- Complementarmente, o peso do Carvão (a fonte com maior impacto ambiental) desceu de 40% para 29%;
- O Gás Natural, a fonte mais sustentável de todas as não renováveis, viu também o seu peso acrescido, apesar de numa menor escala (de 11,4% para 12,1%).

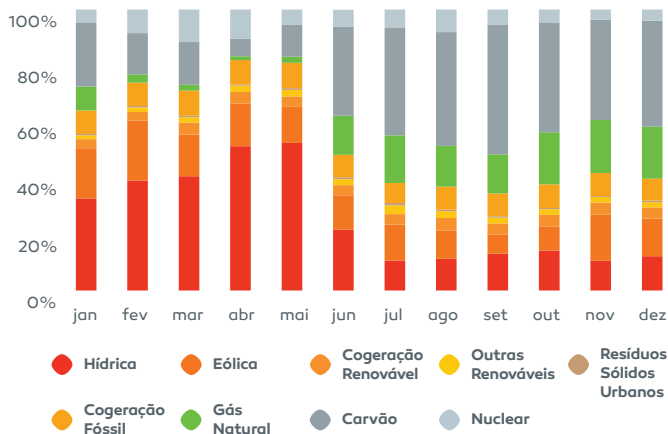
Saliente-se que o contributo das energias renováveis para a produção da nossa eletricidade (44%) voltou a situar-se muito acima das referências internacionais, nomeadamente a média Europeia (29%¹) e Mundial (23%¹).

¹Fonte: World Energy Outlook 2016, da International Energy Agency (IEA).

Mix Energético do Ano 2016



Mix Energético do Ano 2016



Impactes Ambientais

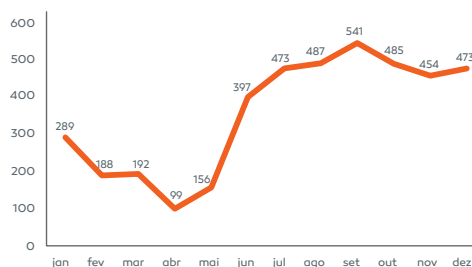
A produção de energia elétrica tem um impacto ambiental associado.

A energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis (hídrica, eólica, solar) não contribui para as alterações climáticas ou poluição local, uma vez que não são utilizados combustíveis fósseis. No entanto, as fontes de energia renováveis podem ter alguns impactos na paisagem, fauna e flora, embora estes possam ser minimizados durante a fase de projeto das instalações produtoras.

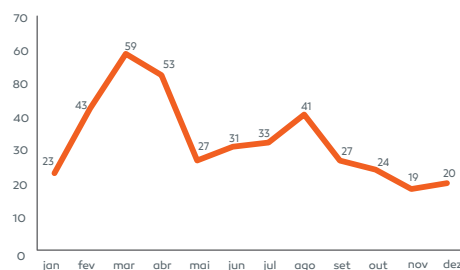
A produção de energia elétrica a partir de fontes não renováveis contribui para impactos ambientais mais significativos. Caso a produção de energia elétrica tenha origem em combustíveis fósseis, existe a libertação de gases poluentes como o dióxido de carbono (CO₂), óxidos de azoto (NO_x), dióxido de enxofre (SO₂) e monóxido de carbono (CO). A emissão destes gases tem impacto ambiental ao nível do efeito de estufa, contribuindo para a intensificação do aquecimento global, ao nível da produção de chuvas ácidas e da qualidade do ar.

Para além do mix de fontes de energia primária, a produção e o consumo mais eficientes de energia elétrica reduzem a quantidade de combustível necessário à produção de eletricidade e a quantidade de gases de efeito de estufa e outros poluentes emitidos.

Emissões de CO₂ (gCO₂/kWh)



Produção de RRAA² (μg/kWh)



Em 2016, as emissões específicas de CO₂ imputáveis à produção de eletricidade comercializada pela Galp foram de 355,6 g/kWh, registando uma diminuição de cerca de 25% face ao ano anterior. Os resíduos radioativos de alta atividade resultantes da produção de energia elétrica por via nuclear (energia importada de mercados externos) situaram-se nos 32 μg/kWh.

Para mais informações acerca dos impactos ambientais associados ao fornecimento de energia elétrica, consulte o site da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) em www.erse.pt.

²Resíduos radioativos de alta atividade

galp



energia cria energia

ANEXO I

Modelo de declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos

1 – Luís Fernando Muñoz de Moura, Cartão de Cidadão n.º 05338774, e Ana Isabel Simões Dias dos Santos Severino, Cartão de Cidadão n.º 09887937, na qualidade de representantes legais de Galp Power, S.A., com sede social na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600-209 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e NIPC 504 723 456, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “Ajuste Direto - Fornecimento de eletricidade para edifícios Municipais, ao abrigo do Acordo Quadro de Eletricidade, celebrado pela Central de Compras do Médio Tejo - Lote 2”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada Galp Power, S.A., se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Proposta de fornecimento de energia elétrica
- b) Anexo II, ficheiro excel

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional];
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes]:
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 19 de julho de 2017

Luís Fernando Muñoz de Moura

e

Ana Isabel Simões Dias dos Santos Severino

Administradores

Consumos Estimados em BTE - Baixa Tensão Especial			
Valores Estimados		Valores Estimados Energia Reativa	
Horas de ponta	62.583,00	Escalão 1: (0,3<=tg φ<0,4)	0,00
Horas chéias	165.839,00	Fornecida	0,00
Horas de vazio normal	49.026,00	Escalão 2: (0,4<=tg φ<0,5)	0,00
Horas de super vazio	45.065,00	Escalão 3: (tg φ>=0,5)	0,00
Recebida			0,00
Potência Contratada (Somatório das PCs)	283,82	Quantidade de instalações BTE Diário	6
Tarifário do Comercializador Ciclo Diário		Nº de meses do contrato BTE	12
Horas de ponta	0,0682		
Horas chéias	0,0624		
Horas de vazio normal	0,0571		
Horas de super vazio	0,0482		

Valor contratual estimado em BTE - Baixa Tensão Especial						
DESIGNAÇÃO		Valores Estimados		Tarifa de Acesso às Redes (em 2017)	Tarifário do Comercializador	Preço Final S/IVA
Energia Ativa	Horas de ponta	62.583,00 kWh	0,0685 €/kWh	0,0682 €/kWh	0,0624 €/kWh	8.555,10 €
	Horas cheias	165.839,00 kWh	0,0592 €/kWh	0,0592 €/kWh	0,0624 €/kWh	20.166,02 €
	Horas de vazio normal	49.026,00 kWh	0,0307 €/kWh	0,0307 €/kWh	0,0571 €/kWh	4.304,48 €
	Horas de super vazio	45.065,00 kWh	0,0282 €/kWh	0,0282 €/kWh	0,0482 €/kWh	3.442,97 €
Energia Reativa	Fornecida	Escalão 1: (0,3<=tg φ<0,4)	0,00 kvarh	0,0114 €/kvarh		0,00 €
	Recebida	Escalão 2: (0,4<=tg φ<0,5)	0,00 kvarh	0,0346 €/kvarh		0,00 €
		Escalão 3: (tg φ>=0,5)	0,00 kvarh	0,1038 €/kvarh		0,00 €
				0,00 kvarh	0,0264 €/kvarh	
Potência Contratada	nº meses 12	3.405,84 kW	1.313 €/kW.mês			4.471,87 €
Pot. Horas de Ponta	nº meses 12	514,38 kW	18.593 €/kW.mês			9.563,88 €
Imp Sobre Cons Elect					SUB-TOTAL	50.504,32 €
CAV	nº meses 12	322.513,00 kWh	0,001 €/kWh			322,51 €
Taxa DGEG	nº meses 12	72 Un	2,85 €/mês			205,20 €
		72 Un	0,35 €/mês			25,20 €
				TOTAL 2		51.057,23 €
Consumo Total (kWh)	322.513,00	Valor Energia ML	19.588,03 €	Valor Redes	30.916,29 €	
		Outras Taxas	552,91 €	Total	51.057,23 €	
						Preço médio 0,1583 €

Consumos Estimados em BTE - Baixa Tensão Especial		
Valores Estimados		
Horas de ponta	36,00	
Horas chéias	1.061,00	0,00
Horas de vazio normal	1.281,00	0,00
Horas de super vazio	1.244,00	0,00
Potência Contratada (Somatório das PCs)	41,41	
Tarifário do Comercializador Ciclo Semanal		
Horas de ponta	0,0682	
Horas chéias	0,0624	
Horas de vazio normal	0,0571	
Horas de super vazio	0,0482	

Valor contratual estimado em BTE - Baixa Tensão Especial					
DESIGNAÇÃO		Valores Estimados	Tarifa de Acesso às Redes (em 2017)	Tarifário do Comercializador	Preço Final S/ IVA
Energia Ativa	Horas de ponta	36,00 kWh	0,0685 €/kWh	0,0682 €/kWh	4,92 €
	Horas chéias	1.061,00 kWh	0,0592 €/kWh	0,0624 €/kWh	129,02 €
	Horas de vazio normal	1.281,00 kWh	0,0307 €/kWh	0,0571 €/kWh	112,47 €
	Horas de super vazio	1.244,00 kWh	0,0282 €/kWh	0,0482 €/kWh	95,04 €
Energia Reativa	Escalão 1: (0,3<=tg φ<0,4)	0,00 kvarh	0,0114 €/kvarh		0,00 €
	Fornecida	0,00 kvarh	0,0346 €/kvarh		0,00 €
	Escalão 2: (0,4<=tg φ<0,5)	0,00 kvarh	0,1038 €/kvarh		0,00 €
	Recebida	0,00 kvarh	0,0264 €/kvarh		0,00 €
Potência Contratada	nº meses 12	496,92 kW	1,313 €/kW.mês		652,46 €
Pot. Horas de Ponta	nº meses 12	0,44 kW	18,593 €/kW.mês	SUB-TOTAL	8,11 €
Imp Sobre Cons Elect					1.002,02 €
CAV	nº meses 12	3,622,00 kWh	0,001 €/kWh		3,62 €
Taxa DGEG	nº meses 12	12 Un	2,85 €/mês		34,20 €
		12 Un	0,35 €/mês		4,20 €
			TOTAL 3		1.044,04 €
Consumo Total (kWh)	3.622,00	Valor Energia ML	Outras Taxas	Total	Preço médio
		201,77 €	42,02 €	1.044,04 €	0,2883 €
		Valor Redes			
		800,25 €			

Valor contratual estimado Total						
Instalações	Consumo Total (kWh)	Valor Energia ML	Valor Redes	Outras Taxas	Total	Preço médio
BTE	326.135,00	19.789,80 €	31.716,54 €	594,94 €	52.101,27 €	0,1598 €
Total	326.135,00	19.789,80 €	31.716,54 €	594,94 €	52.101,27 €	0,1598 €